



Grupo Parlamentar

OS APOIOS COMUNITÁRIOS NA AGRICULTURA ACORIANA

ATRASOS NOS PAGAMENTOS E FALTA DE INFORMAÇÃO

Senhor Presidente da Assembleia

Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados

Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

Os apoios comunitários existem em resultado de um conjunto de disposições e orientações políticas da Comunidade Europeia que implicam a diminuição do rendimento dos Agricultores.

São as opções e as decisões de política externa expressas nas sucessivas reformas da PAC que mais influenciam negativamente os preços dos produtos pagos aos Agricultores.

Assim sendo, o principal objectivo destes apoios é o de compensar a quebra do rendimento dos Agricultores Europeus. Todavia, nunca equilibram integralmente as quebras verificadas, normalmente compensam entre 40 a 60% as perdas de rendimento.

Antes de mais, convém referir que os Agricultores sempre foram contra estes apoios, nunca os quiseram, preferiam em alternativa que pudessem vigorar preços justos pelos seus produtos.

Mas, se os apoios Comunitários previamente publicados não conseguem colmatar as descidas de rendimento, imagine-se quando sofrem rateios nos seus montantes.

Certamente que ficam excessivamente distantes da desejada compensação económica apontada como princípio da atribuição destas ajudas.

Pois bem, é pelo segundo ano consecutivo que o dinheiro anunciado é diferente do dinheiro recebido pelos Agricultores Açorianos, uma diferença que se traduz em



Grupo Parlamentar

menos dinheiro, e em muitos casos, em muito menos dinheiro. E tudo acontece com uma total apatia e um profundo silêncio do Governo Regional.

Evidentemente que os rateios ocorrem sempre que os plafonds financeiros são excedidos pelo quantitativo do objecto candidatado, até aqui é perfeitamente percebível, mas não é percebível quando um Governo esconde esta informação ou ilude os Agricultores propagandeando a vinda de mais dinheiro de Bruxelas.

Com efeito o Governo Regional é cúmplice da falta de informação do Governo da República.

Por exemplo, nos pagamentos efectuados no passado dia 29 de Março existiram severos cortes no dinheiro recebido pelos Agricultores e, desde de Maio que o Governo Regional sabe ou deveria saber do rateio do Prémio às Vacas Aleitantes, desde Outubro que sabe ou deveria saber do rateio ao Prémio Especial aos Bovinos Machos e desde Outubro, por previsão, que sabe ou deveria saber dos rateios na ajuda ao abate de bovinos.

O mínimo que se exige a qualquer Governo é que pelo menos disponibilize informação em tempo útil e que seja transparente e sincero ora quando as negociações correm de feição ora quando são menos favoráveis.

A este propósito, começa a ser muito cansativo continuar a ouvir-se que o que acontece de bom é devido ao Governo Regional e o que acontece de mal é por culpa de outros. Falta-vos humildade para reconhecerem que erram e que falham.

A ausência de informação verdadeira relativa aos apoios provocou efeitos graves nas Agriculturas. Entre os quais, continuaram a realizar-se os negócios agrícolas com base em valores irreais das ajudas comunitárias, isto é, as compras e vendas nos mercados de gado foram feitas tendo em conta o dinheiro de Bruxelas, que infelizmente nunca chegaria aos Agricultores.

O dinheiro não recebido e a inexistência de informação impede a iniciativa, bloqueia o investimento e eleva ainda mais o descrédito sobre esta actividade.

O Governo “traçou a perna” aos Agricultores, pois esteve sempre em silêncio quanto aos rateios e várias vezes mencionou que estava a negociar um reforço financeiro em



Grupo Parlamentar

Bruxelas e, portanto, criando boas expectativas aos Agricultores que posteriormente não se vieram concretizar.

Por outro lado, merece o nosso desagrado a maneira como a tutela Regional propagandeia os montantes totais pagos aos Agricultores. Em alguns casos, contribui para denegrir a imagem pública dos Agricultores e das Agriculturas, por não explicar devidamente a fundamentação destes apoios.

Além disso, a tutela transmite uma percepção à restante sociedade de que é o Governo Regional que paga na totalidade as ajudas à perda de rendimento o que é falso.

Esperava-se outra postura, dado que ainda existem muitos cidadãos que não compreenderam a razão de ser destas ajudas e nem compreenderam a crescente importância desta actividade nas grandes temáticas da contemporaneidade.

Esperava-se um modo de fazer notícia que pudesse eliminar algumas alcunhas que os Agricultores já possuem como “papa subsídios” ou “subsídio-dependentes”.

Mesmo na presença da triste realidade dos cortes drásticos em determinados apoios o site do Governo Regional omite o essencial, não fala no dinheiro que não foi pago aos Agricultores, prefere atirar a “bola para a frente”, fala na vinda de melhores dias e refugia-se na dificuldade de comunicação com a entidade pagadora, até parece que a entidade pagadora é um Instituto Público da alçada do Ministério da Agricultura de Espanha.

Enfim o Governo através das suas atitudes públicas tentou criar uma “manobra de diversão” desviando a atenção dos Agricultores para dias melhores. Incutiu novas expectativas, novas esperanças passando uma borracha nos cortes financeiros, nos atrasos dos pagamentos, e sem dúvidas no autêntico caos burocrático a que se assiste.

Sem sucesso tentou e voltou a tentar eclipsar o evidente, tentou fazer sombra ao sol e por isso saiu com queimaduras graves pela forma como tratou este assunto.

Senhor Presidente da Assembleia

Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados

Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

Este ano, em particular, tem sido verdadeiramente catastrófico na cedência de informação e no cumprimento da que é disponível. As datas indicativas de pagamento dos apoios comunitários raramente coincidem com as datas efectivas do pagamento, existindo mesmo um grande desfasamento temporal entre umas e outras.

Esta é uma circunstância que tem implicado grandes dificuldades de gestão e planeamento aos Agricultores.

Muitos Agricultores não conseguiram, nem estão a conseguir, satisfazer os calendários de liquidação das despesas estabelecidos com as empresas dos factores de produção ou com a banca.

Só faltava agora o Governo refugiar-se em dizer que os pagamentos comunitários podem ser realizados até Junho, pois tanto podem ser neste limite como no início da época dos pagamentos.

Mas, à mais, continuam em atraso e, com grande atraso, os pagamentos a todos os Agricultores que foram alvo de controlos quer no âmbito das Indemnizações Compensatórias, como das Medidas Agro-Ambientais.

Igualmente, não foram pagos os apoios a todos os Agricultores que se candidataram em 2006 e pela primeira vez ao Prémio Especial aos Bovinos Machos.

No mesmo sentido, as ajudas às Culturas Arvenses para os Açores ainda não se efectuaram. O site do INGA comunicou o pagamento para finais de Janeiro, por estar à espera que o Programa POSEI – Agricultura Açores fosse aprovado.

Ora, o programa já foi aprovado e os Agricultores continuam sem receber, esperam que lhes digam quando será.

Sem solução parece serem algumas situações que se arrastam desde 2004 como sejam o pagamento das Medidas Agro-Ambientais a alguns Agricultores da Região.

Acrescem ainda as dificuldades dos Agricultores em comunicar com a entidade pagadora, designadamente para saberem se foram penalizados, se houve rateios ou simplesmente porque não receberam.



Grupo Parlamentar

Os Agricultores desesperam nas sucessivas diligências junto da entidade pagadora e dos serviços regionais para conseguirem obter uma informação que a administração deveria disponibilizar sem demoras.

O mesmo sucede com as Associações Agrícolas, na vontade de darem respostas precisas aos seus associados, desdobrando-se em esforços para resolverem os problemas dos Agricultores, roubando tempo administrativo e técnico.

Atenda-se ao facto das transferências bancárias da entidade pagadora já não mencionarem os códigos a que se referem os pagamentos, unicamente à uma transferência total o que impossibilita a discriminação dos apoios pagos.

Para mais, a maior parte das comunicações referentes ao apuramento dos montantes pagos chegam a casa dos Agricultores com dois anos de atraso, como é o caso das Medias Agro-Ambientais.

Face a isto, e estranhamente, o Governo Regional está calado, demasiadamente calado, basta recordar que por muito menos e quando o Governo da República era de outra cor política, o Governo Regional fazia ouvir a sua voz. Agora nem se ouve um sussurrar.

A turbulência reivindicativa do passado deu origem à sonolência do presente.

Os Agricultores, nesta matéria, vivem uma realidade difícil que ocorre num contexto agrícola já por si difícil, com o aumento do gasóleo, dos concentrados, dos fertilizantes, dos juros, entre outros. Um sector cada vez mais marcado por incertezas e desmotivações e que convida os Agricultores a procurarem outras profissões.

Disse

António Ventura

17/04/2007